

22 Ministros. A divisão administrativa do território compreende 24 municípios e 286 distritos.

O papel do monarca é bastante limitado pela Constituição, que lhe veda qualquer participação na política do país. Sua atribuição consiste em representar a Nação em ocasiões protocolares e determinadas cerimônias oficiais, como a abertura da Sessão Anual do Parlamento, no mês de setembro.

O órgão máximo do Judiciário é a Suprema Corte (Högsta domstolen).

O Primeiro-Ministro Göran Persson, líder do Partido Social-Democrata, foi eleito pelo Parlamento em 22 de março de 1996, após a renúncia do co-partidário Ingvar Carlsson. Apesar do mau resultado obtido por seu partido nas eleições de setembro de 1998 (de 45,3% dos votos em 1994 para 36,4%), o Primeiro-Ministro assumiu seu segundo mandato, logrando manter a maioria no Parlamento por meio de uma coalizão com o Partido Verde (4,5%) e o Partido da Esquerda (12,0%). Os principais partidos de oposição são o Partido Moderado (22,9%), o Partido do Centro (5,1 %) e o Partido Liberal (4,7%).

O cenário político interno vem sendo dominado pelas questões relativas ao futuro político do país em decorrência de seu ingresso na União Européia (UE). Durante cerca de duas gerações, o país acreditou que poderia haver uma "alternativa sueca" às opções capitalista e socialista. Essa alternativa, baseada nos programas da Social-Democracia, está tendo, gradualmente, que se adaptar às normas da UE.

Conjuntura Econômica Sueca

Maioreconomia da Escandinávia e nona da Europa Ocidental, a Suécia caracteriza-se pela sua forte inserção no mercado internacional, através de investimentos maciços de suas grandes multinacionais e por um forte setor exportador. A atividade econômica na Suécia, que, desde alguns anos, vivia uma situação de estagnação marcada por uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB, retomou, desde o segundo semestre de 1995, tendência crescente, refletida no aumento do consumo interno e no aumento da produção industrial, sobretudo das empresas voltadas para exportações. Apresentando sinais de boa recuperação desde então, o PIB sueco cresceu, em 1999, mais de 3 %, tendência que deverá manter-se este ano.

Encontra-se em pauta a adesão da Suécia ao Euro, a moeda comunitária. Pesquisas de opinião têm revelado, no entanto, a insatisfação do eleitorado sueco com a entrada do país na Zona Euro; a esse respeito, está prevista a realização de um referendo popu-

lar, nos moldes daquele que decidiu sobre a adesão da Suécia à União Européia, em 1994.

Apesar do grande número de indecisos, a sondagem revelou 41% da população contra e 35% a favor, resultado influenciado pelas sucessivas desvalorizações da moeda comunitária frente ao dólar, assim como pela recente decisão comunitária que impedia a fusão Volvo-Scania.

INDICADORES ECONÔMICOS

PIB:	USD 224 bilhões (1998)
PIB per capita:	USD 25.450 (1998)
Crescimento do PIB:	3,5% (1999)
Inflação:	0,4% (1999)
Exportações:	USD 85,7 bilhões (1999)
Importações:	USD 67,9 bilhões (1999)
Moeda:	Coroa sueca (8,49/ dólar em janeiro de 2000)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 141, DE 2000

(Nº 949/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Celso Marcos Vieira de Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

Os méritos do Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de julho de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 221/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 30 de junho de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regula-

mento de Pessoal do Serviço Exterior; aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000 submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Celso Marcos Vieira de Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.

2 – Encaminhado, igualmente em anexo, informação sobre o país e **currículo vitae** do Embaixador Celso Marcos Vieira de Souza, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Luiz Felipe de Seixas Corrêa**, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

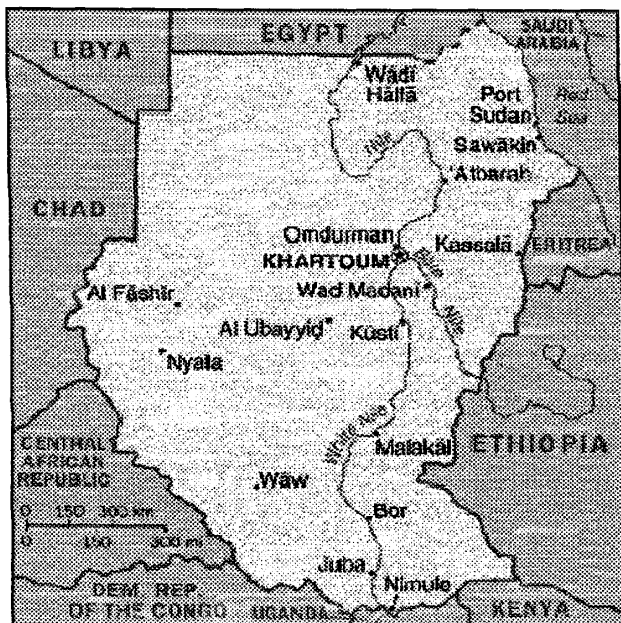
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA E ORIENTE
PRÓXIMO DIVISÃO DA ÁFRICA-I

INFORMAÇÃO BÁSICA

REPÚBLICA DO SUDÃO

Atualização: junho/2000



I – Introdução

A República do Sudão situa-se ao norte da África Oriental, confinando com o Egito, Líbia, Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Eritreia, Etiópia e o Mar Vermelho. Com um território de 2.5 milhões de km², formado por planícies e terrenos férteis às margens do rio Nilo, o Sudão é o maior país do continente africano. A população é da ordem de 29 milhões de habitantes, com renda per capita de US\$89 (estimativa em 1999). A economia sudanesa baseia-se na agricultura, fonte de emprego para 80% da população economicamente ativa. As atividades ligadas ao comércio também são importantes, sobretudo em Cartum, capital do país. O Sudão tem tido uma história turbulenta, marcada por golpes de estado, calamidades naturais (períodos de seca e inundações ao longo do rio Nilo), emergências humanitárias (fome) e um renitente conflito interno que já contabiliza 1.2 milhão de mortos.

Desde 1996, o Sudão é formalmente uma República Constitucional, com um Presidente da República eleito por voto popular para mandato de 5 anos. O atual mandatário sudanês é o General Ornar Hassan Ahmed al-Bashir, no poder desde 1989, tendo sido eleito para novo mandato em março de 1996. O poder legislativo é exercido por uma Assembléia Nacional unicameral instituída em 1996, com 400 representantes, dos quais 264 são eleitos pelo voto popular e 136 são designados pelo Presidente da República. A atual Constituição do país foi elaborada em 1996 e promulgada em março de 1998. O texto estabelece um sistema judiciário baseado no código islâmico (Sharia), faz referência à eventual legalização de "associações políticas" (no lugar de partidos políticos, proscritos por decreto presidencial) e estipula a realização, no prazo de 4 anos, de referendo sobre a autodeterminação da região sul do país. O atual Ministro das Relações Exteriores é Mustafá Osman Ismail. A data nacional é celebrada no dia da independência, 1 de janeiro.

II – História

Durante o século XIX, o Sudão foi dominado pelo Egito, que confiou a administração do território a funcionários britânicos. Em 1899, forças militares inglesas impuseram um regime de soberania conjunta anglo-egípcia sobre o território, que na prática foi colonizado pela Inglaterra. Em 1954, após onda de protestos nacionalistas, foi criado o Parlamento sudanês, marcando o início do processo de independência, obtida em 1 de janeiro de 1956.

O governo foi formado pela elite urbana de Cartum, de origem árabe, grupo dominante na capital e em toda a região norte do país. A metade sul do Sudão, por outro lado, habitada por população negra africana seguidora de costumes e religião diversa, sobretudo crenças animistas, passou a clamar por uma maior participação na vida política e econômica do país, insurgindo-se contra a dominação árabe já no final dos anos 50, quando teve início um movimento armado separatista.

Em maio de 1969, um golpe militar levou ao poder o Coronel Jaafar al-Nimeiri. Em 1972, o novo Governo assinou um acordo de paz com os rebeldes, concedendo maior grau de autonomia à região sul e incorporando indivíduos de cor negra na vida política do país. A luta contra o separatismo teve consequências das mais negativas sobre a economia sudanesa já combatida pela falta de investimentos, alto preço do petróleo e assolada por calamidades naturais (períodos de seca e inundações). Para sustentar-se no poder, Nimeiri recorreu ao apoio da ala radical da "Irmandade Islâmica", agremiação política da elite árabe. A contrapartida desse apoio foi a adoção pelo governo, em 1983, da Sharia e do Zakat (respectivamente código de direito islâmico e imposto religioso).

Essas medidas, juntamente com a divisão administrativa da região sul em três províncias, fizeram com que a guerrilha sulista eclodisse novamente em 1983, sob a liderança do Coronel John Garang, à frente do Sudan's People Liberation Army -SPLA. Além de não aceitar a islamização do país, os rebeldes tinham a percepção de que a nova divisão administrativa imposta pelo Governo tinha por objetivo apenas consolidar o domínio econômico do norte sobre o sul, região rica em petróleo.

III – Política Interna

A escalada do conflito interno e uma situação econômica caótica resultaram em novo golpe militar, em 1985, com a destituição de Nimeiri e nomeação de Sadiq al-Mahdi para a presidência. Incapaz de solucionar ambas essas questões, Mahdi foi deposto em 1989 pelo General Omar Hassan Ahmed al-Bashir. O novo governo suspendeu a Constituição e proscreev todos os partidos políticos, exceto o National Islamic Front – NIF, partido de ideologia fundamentalista fundado por Hassan al-Turaibi e integrado por elementos da "Irmandade Islâmica". O poder legislativo passou a ser exercido por um "Conselho Revolucionário de Salvação Nacional", integrado por 15 membros e presidido pelo Presidente da República.

Após o golpe, o Governo lançou uma série de ofensivas militares contra a guerrilha, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Contudo, com o apoio da Eritreia, Etiópia e Uganda, o SPLA e outras facções separatistas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando praticamente toda a região sul do país. Fortalecida, a guerrilha passou a constituir séria ameaça ao governo de Cartum. Em 1995, o National Democratic Alliance – NDA (coalizão das facções separatistas integrada pelo SPLA e outros grupos guerrilheiros) lançou a Declaração de Asmara, reafirmando o direito à auto-determinação do povo sudanês.

Em 1997, o Governo iniciou conversações de paz com os diversos grupos rebeldes, buscando uma solução negociada para o conflito. O SPLA propôs a criação de uma Confederação de estados autônomos, idéia rejeitada pelo Governo de Cartum, segundo o qual a população do sul estaria livre para escolher entre a permanência na federação do Sudão, ou então optar pela secessão, a ser decidida por referendo. Ainda não se chegou a um acordo sobre a delimitação precisa do território eventualmente sujeito à emancipação, nem tampouco sobre os critérios de elegibilidade dos eleitores. Em julho de 1998, o Governo negociou um cessar-fogo com os líderes rebeldes, dando seguimento às conversações de paz mantidas durante reunião em Adis Abeba, em agosto de 1998. A reunião não produziu nenhum avanço, terminando numa situação de impasse entre governo e rebeldes.

Em agosto de 1998, realizou-se, no Cairo, reunião das diversas facções rebeldes englobadas no National Democratic Alliance – NDA, inclusive o SPLA de John Garang. Na ocasião, o Presidente egípcio reiterou o seu apoio à paz e integridade territorial do Sudão. Durante o encontro, discutiram-se estratégias para a derrubada do Governo de Cartum e a instalação de um Governo de transição, uma vez que, na avaliação da liderança do NDA, não haveria mais espaço para uma solução negociada com Cartum. O comunicado final do encontro, conhecido como "Declaração do Cairo", incluiu manifestação de reconhecimento ao Governo egípcio por sediar a reunião, "prova do apoio egípcio à luta do povo sudanês para instaurar a democracia e as liberdades democráticas num Sudão unificado". Assim, persiste o impasse, com os rebeldes controlando a terça parte do território sudanês e o Governo de Cartum aparentemente incapaz de fazer concessões

que possam facilitar uma paz negociada (a recente introdução da Sharia como código de direito para todo o país, bem como restrições impostas ao funcionamento das “agregações políticas”, são inaceitáveis para o movimento rebelde).

Além do desgaste provocado pelo esforço de guerra, o Governo tem enfrentado uma situação econômica difícil e um crescente isolamento internacional. O governo sudanês tem sido acusado de apoiar o chamado “terrorismo islâmico internacional”, pelo que tem sido objeto de sanções impostas pelo CSNU, adotadas após o fracassado atentado contra o Presidente egípcio, Mubarak, em 1995, do qual teriam participado agentes do serviço secreto sudanês.¹ Além disso, o país é acusado de frequentes violações dos direitos humanos, tanto no campo político como também em casos de assistência humanitária, tal como ocorreu durante a recente seca no sul do país, quando o Governo de Cartum teria dificultado a entrega de ajuda humanitária à população do sul, vitimada pela fome.

Em face da uma situação interna cada vez mais delicada e sofrendo as conseqüências do isolamento internacional, o governo vem procurando obter algum grau de legitimidade, tendo promulgado uma Constituição e realizado, em 1996, eleições presidenciais e parlamentares. Em pleito boicotado pelos grupos de oposição, o General Bashir foi reeleito para a presidência, enquanto que o partido governista, NIF, obteve ampla maioria parlamentar. Em janeiro de 1999, o Conselho de Ministros autorizou a criação de “agregações políticas”, com a ressalva de que pessoas condenadas por traição ou uso da força contra o regime constitucional não poderiam dirigir tais agregações, o que efetivamente excluiu os líderes do movimento separatista do processo político legal. Já o New Islamic Front (NIF), partido governista, passou a denominar-se National Congress, mantendo-se firme no controle político do país.

¹ Resolução CSNU/1.044, de janeiro de 1996: determina a extradição dos cidadãos sudaneses suspeitos de envolvimento no atentado contra Mubarak; adverte o Governo sudanês para não se engajar no apoio ao terrorismo.

. Resolução CSNU/1.054, de abril de 1996: impõe sanções diplomáticas contra o Sudão, pelo não cumprimento das disposições da Res. 1.044.

. Resolução CSNU/1.070, de agosto de 1996: reitera as Resoluções anteriores e impõe embargo aéreo contra o Sudão.

III-a) Desdobramentos recentes:

Em 13 de dezembro de 1999, o presidente Omar al-Bashir anunciou a decretação do estado de emergência e a dissolução do parlamento. Já há algum tempo em rota de colisão com Hassan al-Tourabi, “speaker” do Parlamento e Secretário-Geral do National Congress; al-Bashir procurava um meio de impedir que o parlamento aprovasse emendas constitucionais patrocinadas por Turaibi e destinadas a limitar os poderes da presidência. Assim, a dissolução do parlamento foi a saída mais eficaz que o presidente vislumbrou diante da iminência de ter seus poderes reduzidos.

O “golpe” foi bem recebido pelo Egito, cujo apoio a al-Bashir não surpreende, uma vez que o Cairo prefere ver no Sudão um Governo a sua imagem, forte, de base militar mas com laivos de democracia e amistoso com os países vizinhos. O regime ideológico de tendência islamista pretendido por al-Turaibi foi sempre duramente criticado na imprensa egípcia, tendo sido até responsabilizado pelos recentes anos de relações tensas entre os dois países.

Em maio de 2000, o Presidente al-Bashir suspendeu al-Turaibi das funções de Secretário-Geral do partido governista National Congress (NC), em novo desdobramento da luta interna pelo poder que vem sendo travada desde dezembro de 1999. O presidente Bashir justificou a suspensão do rival em razão dos obstáculos que o Secretário-Geral estaria opondo aos caminhos do partido e do Estado. Al-Turaibi, por sua vez, anunciou em junho a intenção de formar novo partido político, agrupando elementos do National Congress.

III-b) Evolução do processo de paz:

Em janeiro de 2000, realizou-se em Nairóbi nova rodada de negociações entre o governo sudanês e os grupos rebeldes que lutam pela emancipação da região sul do país. A exemplo do que já havia ocorrido antes, as conversações terminaram em fracasso retumbante: a delegação governamental sudanesa recusou-se a aceitar a exigência das forças rebeldes de suspensão da lei islâmica, e muito embora ambas as partes tenham anuído na realização de um referendo sobre a auto-determinação do sul, não lograram, entretanto, acordo sobre a demarcação das fronteiras entre o sul e o norte do país.

Como de praxe, os entendimentos foram intermediados pela Intergovernmental Authority on Deve-

lopment – IGAD², que tem sido criticada por não incluir nas conversações de paz to das as partes beligerantes. Não obstante, o Sudan's People Liberation Army (SPLA) considera o Igad como único foro de mediação legítimo, e se recusa a acatar iniciativas de paz propostas pelo Egito e Líbia que incluiriam todos os grupos de oposição, aglutinados no National Democratic Alliance (NDA). O Spla abandonou as conversações de paz em maio de 2000, após violentos bombardeios pelas forças governamentais contraposições rebeldes. Em junho de 2000, o Spla anunciou a intenção de retomar o diálogo, com vistas a pôr fim a um conflito que já se estende por 17 anos.

IV – Política Externa

O principal eixo da política externa sudanesa é o relacionamento bilateral com o Egito, cuja influência sobre o Sudão é historicamente preponderante. As relações entre os dois países oscilam entre a tensão e a prudência, pontuadas por episódios como o complô contra Mubarak e uma disputa fronteiriça na região do triângulo de Halaib. O Egito é contrário à uma eventual secessão no país vizinho, defendendo a integridade territorial do Sudão, país que Mubarak considera como “prolongamento estratégico do Egito”. No primeiro semestre de 1998, realizou-se, no Cairo, reunião do National Democratic Alliance – NDA.

Ultimamente, ambos os países vem procurando normalizar o relacionamento bilateral, como ficou evidenciado em recente reunião entre os Chanceleres egípcio e sudanês, realizado no Cairo, em julho de 1998. A saída do isolamento sudanês passa necessariamente pela re-aproximação com o Egito, mediante a obtenção de apoio regional para solucionar os contenciosos com os EUA e as Nações Unidas.

O relacionamento com os vizinhos Uganda, Etiópia e Eritréia, era de franca hostilidade até passado recente, pois Cartum os acusava de conceder apoio logístico e material aos rebeldes secessionistas. A partir de 1998, as relações com a Etiópia melhoraram sensivelmente, com Asmara deixando de apoiar os rebeldes sudaneses em troca da neutralidade sudanesa no conflito com a Eritréia. Em dezembro de 1999, os presidentes El-Bashir e Museveni assinaram um acordo de paz colocando fim à hostilidade entre

o Sudão e Uganda (Uganda acusava o Sudão de fornecer apoio aos guerrilheiros do Lord's Resistance Army, que lutam contra o governo de Museveni, enquanto que o Sudão acusava Uganda de apoiar o Sudan's People Liberation Army – SPLA). Em janeiro de 2000, o Sudão normalizou as relações com a Eritréia, cujo governo deixou de apoiar os rebeldes do National Democratic Alliance (NDA).

Além da Líbia, Irã e Iraque, o Sudão também mantém boas relações com a Arábia Saudita, China e Malásia (investimentos na indústria petrolífera). O país encontra-se marginalizado no cenário internacional, sem capacidade de estabelecer parcerias com os países desenvolvidos, essenciais para a obtenção de ajuda financeira internacional e também para o desenvolvimento econômico. As relações com os EUA têm piorado paulatinamente, com a inclusão do Sudão na lista norte-americana de países patrocinadores do terrorismo internacional, o que levou à imposição de sanções econômicas pelos EUA e, em última análise, ao bombardeio norte-americano da fábrica de medicamentos Al-Sheifa, em Cartum, ocorrido em agosto de 1998.

O ataque foi motivado pela convicção do governo norte-americano, baseada em provas materiais e informações da CIA não divulgadas por Washington, de que a referida fábrica estaria sendo utilizada para a fabricação de armas químicas, especificamente o gás de nervo “VX”. Além disso, a ação militar teve como objetivo punir o governo sudanês pela sua alegada conivência com grupos terroristas, em particular com os perpetradores dos atentados à bomba contra as embaixadas estadunidenses em Nairóbi e Dar-el-Salam. Segundo Washington, o principal suspeito dos ataques às embaixadas seria Osama Bin-Ladin, um milionário saudita com interesses econômicos no Sudão, inclusive na fábrica de medicamentos bombardeada. O governo sudanês protestou fortemente contra o ataque, negando as acusações norte-americanas e solicitando ao CSNU que enviasse missão de investigação a Cartum. Até o momento, a ONU não levou o assunto adiante. O governo sudanês, por sua vez, tem procurado usar o episódio de El-Sheifa para obter certo grau de simpatia internacional, sobretudo dos países árabes.

V – Economia

A economia sudanesa baseia-se na agricultura, sobretudo na exploração de **cash crops** como o algodão e o óleo de sésamo, em conjunto responsáveis por 40% das receitas de exportação do país. A região

² Inicialmente especializado no combate contra desertificação, o Igad passou a dedicar-se à solução de conflitos regionais. Com sede em Nairóbi, congrega os seguintes países: Sudão, Quênia, Etiópia, Eritréia, Uganda, Djibuti e Somália.

sul do Sudão é rica em petróleo, com reservas estimadas de 250 milhões de barris e potencial de capacidade de produção diária de 150 mil barris. Contudo, a exploração desses recursos tem sido dificultada pela falta de uma infra-estrutura de transporte adequada e, sobretudo, pela guerra civil, pois o SPL considera todas as instalações petrolíferas como "alvos legítimos" para a guerrilha. Não obstante, encontra-se em construção um oleoduto de 1.600km de extensão, ligando as regiões produtoras à *Port Sudan*.

O Produto Interno Bruto (PIB) sudanês, da ordem de US\$2.5 bilhões em 1999, apresentou taxas de crescimento anual de 6.5% (1997), 5.0% (1998) e 4.0% (1999). Esse bom desempenho é atribuído à recuperação do setor agrícola, bem como ao aumento dos gastos governamentais e desenvolvimento do setor petrolífero.

Estima-se que o esforço de guerra vem custando aos cofres públicos algo em torno de US\$1 milhão por dia. Efetivamente, o déficit fiscal do governo é muito elevado, chegando a 20% do PIB (1996). No período de 1993-96, a taxa anual média de inflação foi de 88%, baixando para 65% em 1997, 17% em 1998 e 18% em 1999. A dívida externa consolidada contraída junto aos organismos multilaterais atingiu, em 1999, a cifra de US\$17 bilhões. O Sudão não tem honrado os pagamentos de juros ou principal, razão pela qual, em princípio de 1997, esteve prestes a ser expulso do FMI. Posteriormente, chegou-se a um acordo pelo qual o país deverá efetuar pagamentos mensais de US\$4.5 milhões, além de adotar medidas para manter a inflação sob controle, acelerar o processo de privatização e atingir um equilíbrio fiscal (corte de despesas e aumento de receitas).

Em 1999, o comércio exterior em ambos os sentidos atingiu a cifra de US\$2,228 bilhões, com exportações de US\$756 milhões e importações de US\$1,472 bilhões. Os principais produtos de exportação do Sudão, com respectivos percentuais sobre o total exportado, são: óleo de sésamo (23%), algodão (20%), gado bovino (13%) e goma arábica (5%). Os principais destinatários são a Arábia Saudita (20%), Tailândia (10%), Itália (9%) e China (7%). O país importa sobretudo máquinas, equipamento de transporte, manufaturados, produtos químicos e petróleo, provenientes da Líbia (20%), Arábia Saudita (10%) e Reino Unido (7%). Nos últimos anos, a balança comercial sudanesa tem apresentado déficit.

VI – Relações com o Brasil

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Sudão em outubro de 1968. A representação brasileira em Cartum está sediada no Cairo, enquanto que

a Missão do Sudão em Brasília situa-se em Washington. Em Cartum, os interesses brasileiros são acompanhados pelo Consul Honorário do Brasil, Mustafá Abadi. Ao longo dos anos, o relacionamento bilateral tem sido pouco expressivo. Não existem acordos bilaterais entre os dois países, nem tampouco iniciativas na área de cooperação técnica.

O Governo sudanês tem manifestado interesse em dinamizar o relacionamento com o Brasil, chegando a manifestar, em maio de 1994, a intenção de estabelecer embaixada residente em Brasília. Naquela ocasião, diante das ponderações em contrário transmitidas pela Embaixada no Cairo, foi dada resposta interlocutória à Chancelaria sudanesa.

Em maio de 1997, o Embaixador do Brasil no Cairo entrevistou-se com o Ministro da Indústria do Sudão, Badr Eldin Suleiman, que manifestou interesse no estabelecimento de vínculos comerciais e de cooperação com o Brasil, citando como áreas promissoras as indústrias do álcool de açúcar, cultura algodoeira, exploração de petróleo e mineração. O Embaixador também entrevistou-se com o Gerente-geral do banco sudanês "Farmer's Bank", que ofereceu-se para organizar missão empresarial sudanesa ao Brasil com o objetivo de comprar implementos agrícolas.

Em junho de 1998, o novo Embaixador do Sudão em Washington, Mahidi Ibrahim Mohamed, esteve em Brasília para a entrega de credenciais ao Governo brasileiro. Durante entrevista com o SGAP, o Embaixador reiterou o desejo de seu Governo de estabelecer Missão Residente em Brasília. Mencionou, também, a intenção de seu Chanceler de efetuar visita ao Brasil, ainda em 1998. O SGAP ponderou não ser o período dos mais indicados.

EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA O SUDÃO (X) - US\$ MIL	1996	1997	1998	1999
Tratores e noveladores	36	1.905	1.045	1.211
Autopeças e compressores	213	123	60	31
Chapas e fios de aço	43	72	0	0
Papel moeda	106	0	0	0
SUBTOTAL	398	2.100	1.105	1.242
DEMAIS PRODUTOS EXPORTADOS	127	149	1.279	354
TOTAL EXPORTADO (X)	525	2.249	2.384	1.596
IMPORTAÇÕES PELO BRASIL DO SUDÃO (M) - US\$ MIL	1996	1997	1998	1999
Algodão	17	5.498	6.971	0
Goma arábica	49	17	23	23
Pele de ovinos	0	0	0	60
Inseticida	0	145	0	0
SUBTOTAL	66	5.660	6.994	83
DEMAIS PRODUTOS IMPORTADOS	27	3	7	0
TOTAL IMPORTADO (M)	93	5.663	7.001	83
VOLUME DE COMÉRCIO (X + M)	618	7.912	9.385	1.679
SALDO A FAVOR DO BRASIL (X - M)	432	(-3.414)	(-4.617)	1.513

CURRICULUM VITAE

MINISTRO-PRIMEIRA CLASSE
 CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA

Rio de Janeiro/RJ, 1º de fevereiro de 1944. Filho de Emílio Lourenço de Souza e Mercedes Vieira de Souza. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. VII CAE,

IRBr. Licenciatura em Ciências Sociais, UERJ. Master in International Public Policy, School of Advanced International Studies, The Johns Hopkins University.

CPF: 05440785787

Terceiro Secretário, 18 de outubro de 1968.

Segundo Secretário, antigüidade, 11 de maio de 1972.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de setembro de 1977.

Conselheiro, merecimento, 20 de novembro de 1980

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 28 de junho de 1984.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1994

ERERIO, 1970/71.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para a Promoção Comercial, 1971/73.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Promoção Comercial, 1973.

Assessor do Chefe da Divisão do Pessoal, 1979/80.

Secretário Executivo da Fundação Visconde de Cabo Frio, 1979/80.

Agregado, 1981/84.

Paris, Segundo Secretário, 1973/76.

Paris, Chefe do Setor de Imprensa, 1973/76.

Assunção, Segundo Secretário, 1976/79.

Assunção, Chefe do Setor Econômico, 1976/79.

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1985.

Washington, OEA, Ministro-Conselheiro, 1985/87.

Washington, Embaixada, Ministro-Conselheiro, 1987/91.

Feira de Budapeste, Budapeste, 1969 (supervisor).

Feira de Leipzig, Leipzig, 1970 (observador).

Feira de Palermo, Buenos Aires, 1972 (diretor-geral do pavilhão).

À disposição do Embaixador da Polônia em visita aos Estados do Espírito Santo e Alagoas, 1968.

À disposição do Embaixador da Tchecoslováquia em visita ao Estado de Minas Gerais, 1969.

Conferência Norte/Sul, Paris, 1975 (delegado).

Conferência Tripartite Corpus Itaipu, 1978/79 (delegado e observador).

Grupo de Trabalho encarregado da cerimônia de posse do Presidente da República João Figueiredo, 1979 (chefe).

Comitiva de Apoio à visita presidencial ao Paraguai, 1980 (membro).

Conferência do Pacto Amazônico, Belém, 1980 (secretário-executivo).

Representante do MEC no conselho de Administração da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), 1981/82.

Representante da União das Assembléias de Acionistas da Embrafilme, 1981/82.

Representante do MEC no Grupo Técnico Especial do Fundo de Assistência ao Desenvolvimento Social, 1981/83.

Missão aos Estados Unidos, acompanhando o Presidente do Banco Central, para contatos com o Federal Reserve Bank, FMI, Departamento do Tesouro e Bancos Comerciais americanos e brasileiros, 1982.

Missão à Europa, acompanhando o Presidente do Banco Central, para contatos com bancos europeus, Londres, Frankfurt, Zurique e Paris, 1982.

XXXIII Reunião da Comissão de Governadores do BID e Reunião de Suplentes da AID, acompanhando o Presidente do Banco Central, Washington, 1982.

Reuniões com banqueiros internacionais, acompanhando os Ministros do Planejamento e Fazenda, bem como o Presidente do Banco Central, para Exposição do Programa do Setor Externo da Economia Brasileira para 1983, perante a Comunidade Financeira Internacional,

Estados Unidos, 1982.

Contatos com banqueiros internacionais, acompanhando o Presidente do Banco Central, Nova York e Washington, 1982.

Reuniões sobre o Projeto IV do Programa do Setor Externo da Economia Brasileira, acompanhando o Diretor da Área Bancária do Banco Central, Nova York (Bankers Trust), Londres (Barclays Bank, Banco da Inglaterra), França (Banque de France, PARIBAS,

Crédit Lyonnais, Banque Nationale de Paris), Itália (Banca d'Italia), Alemanha (Westdeutsche Landesbank Girozentrale), 1983.

Contatos com banqueiros internacionais, acompanhando o Presidente do Banco Central, e assinaturas dos Projetos I e II do Programa do Setor Externo da Economia Brasileira, Nova York, 1983.

XXIV Reunião Anual da Assembléia de Governadores do BID, Panam, 1983.

Contatos com bancos centrais e privados, acompanhando o Diretor da Área Bancária do Banco Central – Europa e Oriente Médio, 1983.

Contatos com FMI, acompanhando o Presidente do Banco Central, Washington, 1983.

Contatos com o FMI, Federal Reserve Bank, Departamento do Tesouro e bancos americanos e europeus, acompanhando o Presidente do Banco Central, Estados Unidos, 1983.

Contatos com o FMI, BIRD, BID, Departamento do tesouro e Comunidades Financeiras, acompanhando o Presidente do Banco Central, 1983.

Contatos com banqueiros, acompanhando o Presidente do Banco Central, Nova York, 1983.

Subchefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, 1980. Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, 1981/82.

Consultor Especial para a Área Externa da Presidência da República do Banco Central do Brasil, 1982/83. Adjunto da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1984.

Chefe da Assessoria Econômica da Secretaria-Geral da Presidência da República, 1990/91.

Chefe do Gabinete do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, 1991/92.

Diretor do Departamento da Indústria e do Comércio do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 1992.

Representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no Conselho da CVRD, 1991/92.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 142, DE 2000

(Nº 955/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

Os méritos do Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de julho de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso**.

EM Nº 226 /DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 11 de julho de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum-vitae do Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.